

Moção

Privatização da TAP: um crime com interesses e contra os interesses Nacionais!

A vergonhosa decisão recentemente anunciada pelo Conselho de Ministros da entrega da TAP à empresa GATEWAY, no seguimento de uma longa campanha deste e de outros governos visando a desestabilização e afundamento da empresa, é um crime contra os interesses Nacionais, uma decisão anti-patriótica que se não for interrompida, conduzirá à destruição a prazo de uma das mais importantes empresas estratégicas do País, o maior exportador nacional, com mais de dois mil milhões de vendas ao exterior, assegurando mais de 12 mil posto de trabalho directos no Grupo e mais 10 mil indirectos, a Tap é uma empresa que faz entrar anualmente na Segurança Social quase 100 milhões de euros, só da TAP SA.

Contribui com quase outro tanto para o Orçamento do Estado via IRS.

A ordem de grandeza dos números aqui apresentados revela por si só ao serviço de quem está o governo português quando o encaixe financeiro garantido pelo Estado Português neste negócio são uns miseros **10 milhões** de euros, compare-se isto com outro favor feito então ao Grupo Espírito Santo, adquirindo a preço de ouro (**140 milhões**) uma falida Portugália.

É caso para dizer à terceira foi de vez depois de em 2001 falhar o negócio com a Swissair (que entretanto faliu), e em 2012 impedindo-se a aventura da sua entrega a Efromovich.

Será isto revelador do conceito ideológico de PSD e CDS, será esse o grande Plano? Entregar de mão beijada ao grande Capital Nacional e Estrangeiro a gestão de tudo o que povo Português construiu que seja lucrativo? O agravamento da dependência externa, da submissão dos interesses Nacionais aos do grande capital internacional.

O PCP sublinha que o governo e todos quantos defenderam e defendem a privatização (total ou parcial da TAP) mentem quando dizem que não há alternativa a esta decisão. Na verdade, só por via da recapitalização pública da empresa que ao longo dos últimos anos foi premeditadamente negada **(ao contrário do financiamento público efectuado a companhias estrangeiras ditas de baixo custo)** e, ao mesmo tempo, assegurando uma gestão pública da empresa comprometida com o desenvolvimento da TAP e os interesses do País, é que a companhia aérea de bandeira poderá ter futuro. Não é aceitável que sempre que um banco privado se encontra em dificuldades, milhares de milhões de euros sejam retirados ao erário público para tapar os custos da especulação financeira e da fraude (como aconteceu recentemente com o BES/GES), ao passo que, quando uma empresa pública estratégica necessita de capital para se desenvolver, a resposta seja o abandono e afundamento da empresa. O PCP relembra que, por mais imposições que possam existir da União Europeia, nada pode impedir Portugal de defender os seus interesses

O PCP reafirma que, tal como demonstra o percurso efectuado por outras empresas que foram entretanto privatizadas (veja-se o caso recente da PT), a única forma de garantir o papel estratégico da TAP – na dinamização do turismo e da economia, no desenvolvimento do sector da aviação civil, na coesão do território nacional e na ligação às comunidades portuguesas no estrangeiro, na garantia dos postos de trabalho e no pagamento de impostos no nosso País - é o seu controlo público e uma gestão comprometida com o desenvolvimento da empresa e do País.

Ao contrário daquilo que o governo procura fazer passar, esta privatização não é ainda um facto consumado, este crime contra os interesses nacionais pode e deve ser travado. O PCP continuará a intervir no plano político e institucional combatendo esta privatização.

Só com outro governo e com uma política patriótica e de esquerda que recuse claramente as privatizações, a degradação da economia e dos interesses nacionais, será possível travar a destruição da TAP.

Os eleitos do CDU propõem que a Assembleia Municipal de Alcochete reunida em 22 de Junho de 2015, se manifeste contra a Privatização da Tap e de todas as empresas Públicas e Estratégicas com um voto favorável a esta moção, exigindo o fim deste e de todos os processos de privatização planeados ou em curso.

Os Eleitos da CDU


Paulo Ferreira


FABIO BERNARDO


J. MATOS


Natália Pinheiro



